



Presidência da República
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

RELATÓRIO DE GESTÃO 2006

Dados gerais de identificação da Unidade:

Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH/PR

CNPJ: 05.478.625/0001-87

Poder Executivo Federal

Presidência da República

End: Esplanada dos Ministérios, Bloco T – Ed. Sede do Ministério da Justiça, sala 422

70064-900 - Brasília – DF

Gestão Tesouro

Unidades Gestoras:

200016 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH/PR

CNPJ: 05.478.625/0001-87

110244 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente – FNCA

CNPJ: 05.478.625/0002-68

110198 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Recursos Externos – SEDH/PR-REC EXT

CNPJ: 05.478.625/0001-87

INTRODUÇÃO

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH foi criada pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no âmbito da Presidência da República, para

“assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária, bem como coordenar a política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, tanto por organismos governamentais, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como por organizações da sociedade, e exercer as funções de ouvidoria-geral da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias.”¹

Sua estrutura regimental foi definida pelo Decreto nº 5.174, de 9 de agosto de 2004, modificado pelo Decreto nº 5.783, de 24 de maio de 2006.

¹ Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Após ter sido rebaixada ao status de subsecretaria e de ter sido vinculada à estrutura regimental da Secretaria-Geral da Presidência da República, em 21 de julho de 2005 e, posteriormente, de ter retornado à condição anterior, de Secretaria Especial, em 5 de dezembro de 2005², o exercício de 2006 foi marcado por nova gestão e pela reorientação de seus principais projetos e ações.

Este relatório apresenta um diagnóstico sobre o gerenciamento dos atos e fatos conduzidos pela SEDH ao longo do ano de 2006, com destaque para a execução de ações no âmbito dos seguintes programas governamentais:

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS
GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS
ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
NACIONAL DE ACESSIBILIDADE
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
PROTEÇÃO DA ADOÇÃO E COMBATE AO SEQÜESTRO INTERNACIONAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual – LOA 2006, acrescida de créditos especiais³, definiu recursos da ordem de R\$ 122.978.259,00 (cento e vinte e dois milhões, novecentos e setenta e oito mil, duzentos e cinquenta e nove reais) para a SEDH, incluindo as seguintes unidades gestoras:

UG 200016 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos;
UG 110198 – Recursos Externos (União Européia); e
UG 110244 – Fundo Nacional da Criança e do Adolescente.

Apesar de a totalidade dos recursos orçamentários aprovados em lei ter sido disponibilizada, na prática houve a imposição de limites, por parte da COPLA/DIROF/SA/CC/PR, na forma da chamada “cota de limite orçamentário”. A disponibilização de recursos e a execução são apresentadas na tabela abaixo:

	LOA + Créditos	Cota de Limite Orçamentário (A)	Executado (B)	% B/A
UG 200016 (SEDH)	64.704.424	55.265.640	54.058.743	97,82
UG 110198 (UE) ⁴	7.435.223	7.435.223	1.971.442	26,51
UG 110244 (FNCA) ⁵	50.838.412	50.838.412	23.607.621	46,44

²

Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

³ Os créditos especiais aprovados, destinados à SEDH, somaram R\$ 5.686.223,00

⁴ Recursos provenientes de doação da União Européia para o projeto “Assistência Técnica para Ouvidoria de Polícia e Policiamento Comunitário”.

⁵ Inclui recursos provenientes de doações ao Fundo Nacional da Criança e do Adolescente – FNCA.

Sobre a performance de execução das UG's 110198 e 110244, há que se considerar que os recursos disponibilizados, diferentemente do que ocorre com a Fonte 100, são automaticamente transferidos de um exercício para o outro, ou seja, estão disponíveis para o exercício de 2007.

Quadro Comparativo da Execução Orçamentária

Os recursos disponibilizados foram empregados nos programas de atuação desta Secretaria, visando maximizar os resultados a serem alcançados. A seguir, quadros demonstrativos da relação entre valor disponibilizado e percentual de execução para as unidades gestoras:

1 – Unidade Gestora 200016 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Programa	LOA 2006	Cota de Limite Orçamentário (R\$)	Executado
0068 – Erradicação do Trabalho Infantil	65.626	55.265.640	64.989
0073 – Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	3.701.542		3.562.365
0107 – Erradicação do Trabalho Escravo	200.000		200.000
0152 – Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei	3.637.234		3.636.707
0153 – Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	3.043.888		2.190.985
0154 – Direitos Humanos, Direitos de Todos	22.874.665		16.714.077
0155 – Gestão da Política de Direitos Humanos	174.368		174.305
0670 – Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas	12.166.995		12.009.224
0750 – Apoio Administrativo	12.170.613		9.528.024
1078 – Nacional de Acessibilidade	862.001		536.322
1086 – Promoção e Defesa de Pessoas com Deficiência	5.442.954		5.147.207
1282 – Proteção Social Especial	200.000		130.000
8017 – Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional	164.538		164.538
TOTAL	64.704.424		

2 – Unidade Gestora – Recursos Externos (União Européia):

Programa	LOA 2006	Executado
0154 – Direitos Humanos, Direitos de Todos	7.435.223	1.971.442
TOTAL	7.435.223	1.971.442

Obs: A baixa execução ocorreu tendo em vista que somente foram liberados recursos financeiros da ordem de R\$ 1.971.442,00. A liberação do restante dos recursos doados pela União Européia está condicionada a uma auditoria independente a ser realizada pela E.U. no exercício de 2007.

3 – Unidade Gestora – Fundo Nacional da Criança e do Adolescente:

Programa	LOA 2006	Executado
0073 – Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	1.514.584	878.959
0152 – Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei	9.183.771	9.154.989
0153 – Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	28.940.057	10.991.470
8028 – Segundo Tempo	11.200.000	2.582.203
TOTAL	50.838.412	23.607.621

Obs: Cabe ressaltar que no último dia do exercício foi publicado crédito aditivo, da ordem de R\$ 17.000.000,00, que ficou prejudicada, considerando a falta de tempo hábil para sua execução.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Programa Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas
Órgão Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Gerente Perly Cipriano

Ano de Referência 2006
07/02/2007

Contato perly.cipriano@sedh.gov.br / 0xx61 429-3128 429-3918

Por meio do programa **Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas** foram investidos R\$ 12.009.223,00 no atendimento a 3.500 vítimas de crimes, em 14 centros de atendimento, nos estados da Bahia, Alagoas, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais, Pará e Paraíba e nas cidades de Belo Horizonte (MG), Santa Maria (RS), Porto Alegre (RS) e Olinda (PE). Os recursos também foram destinados à proteção de 891 pessoas, por meio dos 17 serviços estaduais (PROVITA) e do Programa Federal, que atende aos casos de proteção oriundos dos estados onde o serviço ainda não foi implantado.

Ação:	Apoio a Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0881
Produto:	PESSOA ASSISTIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		3.893,000	3.500,000
Financeiro		2.181.012,00	2.181.012,00
			% de Execução
			90
			100

Comentários: O Programa apoia 14 (quatorze) Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC) – AL, BA, ES, MG, PA, PB, RJ, RN, SP, SC, Olinda / PE, Belo Horizonte / MG, Santa Maria / RS e Porto Alegre /RS, cada centro com capacidade média de atendimento de 250 pessoas / ano

Ação:	Apoio a Serviços de Assistência e Proteção a Testemunhas Ameaçadas		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0724
Produto:	Pessoa protegida	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		1.002,000	891,000
Financeiro		9.567.601,00	9.567.601,00
			% de Execução
			89
			100

Comentários: O Programa apoia técnica e financeiramente 17 (dezesete) Programas Estaduais de Proteção a Testemunhas Ameaçadas (Provita) – AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PE, PR, RJ, RS, SP e SC. O Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, atende aos casos de proteção dos estados onde não existem programas implantados e os usuários são acolhidos nos programas estaduais em funcionamento. A CGPT, também, monitora com visitas periódicas. todos os programas estaduais.

Ação:	Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	6244
Produto:	AGENTE CAPACITADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		67,000	0,000
Financeiro		100.000,00	100.000,00
			% de Execução
			0
			100

Comentários: No mês de maio foi realizada uma Oficina de capacitação para 50 técnicos dos Centro de Apoio à Vítimas. No mês de setembro de 2006, a CGPT organizou dois eventos, quais sejam: “V Seminário de Brasileiro de Assistência e Proteção a Vítimas e a Testemunhas” e a “IX Oficina Nacional de capacitação das Equipes Técnicas de Programas de Assistência e Proteção a Vítimas e a Testemunhas”.O Seminário contou com a presença de especialistas nacionais e internacionais , teve a participação de mais de 300 (trezentas) congressistas, recebeu uma excelente cobertura por parte da imprensa nacional. A Oficina destinada especificamente para as equipes técnicas dos Programas Estaduais e do Federal, contou com a participação de 105 (cento e cinco) técnicos, deteve-se sobre recomendações do TCU, tais como a viabilidade da troca de identidade, segurança da informação e troca de experiências entre as equipes. Nos dois Eventos estiveram presentes as equipes técnicas dos 17 (dezesete) Programas Estaduais de Proteção a Testemunhas. Os anais devem estar publicados até o primeiro semestre de 2007. Estas atividades se desenvolvem em cooperação com PNUD, por meio da Cooperação Internacional desta SEDH.

Ação:	Gestão e Administração do Programa		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2272
Produto:	-	Unid. Medida:	-
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		0,000	0,000
Financeiro		300.000,00	160.610,00
			% de Execução
			0
			54

Ação:	Transporte, Custódia e Proteção a Testemunhas e Pessoas sob Grave Ameaça		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2831
Produto:	PESSOA ASSISTIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		12,000	0,000
Financeiro		18.382,00	0,00
			% de Execução
			0
			0

Programa Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei
Órgão Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Gerente Carmen Silveira de Oliveira

Ano de Referência 2006

07/02/2007

Contato carmen.silveira@sedh.gov.br / 3429 3225

A implementação do programa **Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei** possibilitou o investimento de R\$ 12.791.695,00 na criação de 1.060 vagas em unidades de internação restritiva e provisória, nos estados do AC, AL, CE, ES, GO, MG, MS, PA, PI, PE, RJ, RN, assim como o atendimento a 2.696 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos.

Ação:	Apoio à Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Internação Restritiva e Provisória		
Localizador:	Nacional - 20928		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0878
Produto:	VAGA CRIADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		1.671,000	1.060,000
Financeiro		8.983.771,00	8.954.989,00
			% de Execução
			63
			100

Comentários: Cabe notar que a meta física guarda relação diversa com o valor pago, dependendo da localidade, do tipo de unidade e, principalmente, do tipo de obra (reforma, ampliação, construção). Com isso, a % da execução física não acompanha perfeitamente a % da execução financeira. Lista de Convênios pagos (parcelas): SEFASIJ/RJ; SASC/PI (Ambul.); FUNDAC/PE (Casem); FUNDAC/PE (Case); Fundac/PE (petrolina); FUNDAC/RN (Esperança); FUNDAC/RN (Pe. José Maria); FUNDAC/RN (Caicó); Fundac/RN (Mossoró); Pref. Tabatinga/MG; SCJDS/AL; STASES/MS (Ponta Porã); FUNCAP/PA (Benevides); SAS/CE (Juazeiro); Pref. Tabatinga/MG; SCIAS/AC; IASES/ES; FUNCAP/PA (Benevides); SCT/GO (Formosa)

Ação:	Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos		
Localizador:	Apoio ao Instituto de Promoção Humana Papa João XXIII em Cuiabá - MT - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0880
Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		54,000	1.040,000
Financeiro		100.000,00	100.000,00
			% de Execução
			1.926
			100

Comentários: O Apoio ao Instituto de Promoção Humana Papa João XXIII em Cuiabá - MT possui como meta a capacitação de 1.040 pessoas.

Ação:	Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0880
Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	2.012,000	2.696,000	134
Financeiro	3.537.234,00	3.536.707,00	100

Comentários: Optou-se por indicar a meta física realizada no momento do início da execução, visto a dificuldade de abarcar a multiplicidade de formatos de execução em um critério mais flexível. Cabe esclarecer que o critério de "pessoa atendida" para a meta física não abarca a multiplicidade dos projetos apoiados quando ancorado numa relação direta meta física-meta financeira, como pode se verificar na lista a seguir: 1) Fundação Estadual da Criança e do Adolescente do Estado da Paraíba – R\$ 93.575,00 – Meta: Capacitar 475 profissionais; 2) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso – R\$ 100.560,84 – Meta: Capacitar 110 operadores do sistema de administração da justiça juvenil; 3) Fundação Municipal de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre – R\$ 29.250,00 - Capacitar 250 profissionais que executam as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade; 4) Prefeitura de Colatina – R\$ 232.800,00 - Meta: Capacitação de 70 profissionais, Encaminhamento de 100 adolescentes para cumprimento de medidas; 5) Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo – R\$ - 1.724.351,49 – Meta: acompanhamento de 1.800 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto; 6) Prefeitura de Niterói – R\$ 278.169,97 – Meta: atendimento a 70 adolescentes em conflito com a lei; 7) CNBB/SC – parcela de R\$ 278.000,00 – Meta: atendimento de 386 (parcelado) adolescentes em conflito com a lei cumprindo medidas socioeducativas de meio aberto; 8) Liberação de 2ª parcela de convênio – Conveniente: Fundação da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte – R\$ 800.000,00 – Meta: construção de Unidade de Privação de Liberdade para 48 adolescentes.

Ação:	Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos		
Localizador:	No Município de Fortaleza - CE - 20928		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0880
Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	200,000	300,000	150
Financeiro	200.000,00	200.000,00	100

Comentários: Convênio com a FUNCI/CE para a execução da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, atendendo a 300 adolescentes e seus familiares.

Programa Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Órgão Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Gerente Carmen Silveira de Oliveira

Ano de Referência 2006
07/02/2007

Contato carmen.silveira@sedh.gov.br / 3429 3225

Para o **Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, foram investidos R\$ 3.960.779,00 no apoio a 15 projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso, tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos estados do AC, AM, BA, MA, MG, MS, PB, RN.

Ação:	Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes		
Localizador:	em Cáceres - MT - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0746
Produto:	PROJETO APOIADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	1,000	1,000	100
Financeiro	50.000,00	50.000,00	100

Comentários: Foi apoiado projeto localizado na cidade de Cáceres – MT.

Ação:	Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0746
Produto:	PROJETO APOIADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		18,000	11,000
Financeiro		3.651.542,00	3.512.365,00
			% de Execução
			61
			96

Comentários: O ideal seria transformar o produto da ação de projeto apoiado para município atendido, criando assim uma relação mais fiel entre meta física e financeira, visto que os projetos têm por base combater a exploração sexual em municípios-chave identificados por pesquisa e catalogados em matriz intersetorial. Cabe notar que o valor dos projetos é variável de acordo com o tamanho do Estado, sua população e o número de municípios onde se observa casos de exploração sexual de crianças e adolescentes integrantes do projeto. Foram apoiados os seguintes projetos: PAIR (Programa de combate à exploração sexual): AC, MG, MS, MA, PB, BA, AM, RN; COMITÊ NACIONAL, UGA-UGA, FAPEC/MS; Depoimento Sem Dano: RN

Ação:	Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes		
Localizador:	Nacional - 20928		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0746
Produto:	PROJETO APOIADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		20,000	4,000
Financeiro		1.514.584,00	878.959,00
			% de Execução
			20
			58

Comentário: Cabe notar que o valor dos projetos é variável de acordo com o tamanho do Estado, sua população e o número de municípios onde se observa casos de exploração sexual de crianças e adolescentes integrantes do projeto. Foram apoiados os seguintes projetos: Depoimento Sem Dano: AC, RS; PAIR: CE, PE

Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos
Órgão Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Gerente Perly Cipriano

Ano de Referência 2006
07/02/2007

Contato perly.cipriano@sedh.gov.br / 0xx61 3429-3128 3429-3918

No âmbito do programa **Direitos Humanos, Direitos de Todos**, foram investidos R\$ 17.034.326,00 na capacitação de 11.355 pessoas, no apoio a 47 centros de referência em direitos humanos, na emissão de 14.400 documentos, no atendimento a 214.763 pessoas em balcões de direitos e serviços de prevenção e combate á homofobia, na assistência técnica para ouvidorias de polícia e policiamento comunitário, na proteção a 18 defensores de direitos humanos e no pagamento de indenizações a 17 famílias de mortos e desaparecidos políticos.

Ação:	Apoio à Capacitação em Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0895
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		7.797,000	11.355,000
Financeiro		1.513.379,00	1.439.541,00
			% de Execução
			146
			95

Ação:	Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos		
Localizador:	Apoio à Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã em Recife - PE - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0728
Produto:	CENTRO APOIADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
Físico		1,000	0,000
Financeiro		325.000,00	0,00

Comentário: Em que pese terem sido empreendidos diversos esforços para a implantação desse serviço, a Prefeitura da Cidade de Recife encontrava-se com irregularidades no âmbito do CAUC, o que impediu a celebração do convênio.

Ação:	Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos		
Localizador:	Apoio ao Instituto São Paulo de Cidadania - em São Paulo - SP - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0728
Produto:	CENTRO APOIADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
Físico		1,000	1,000
Financeiro		150.000,00	150.000,00

Ação:	Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos		
Localizador:	Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo - CEDEP (Jardim Ângela) em São Paulo - SP - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0728
Produto:	CENTRO APOIADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
Físico		1,000	1,000
Financeiro		100.000,00	100.000,00

Ação:	Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos		
Localizador:	em Nova Iguaçu - RJ - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0728
Produto:	CENTRO APOIADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
Físico		10,000	0,000
Financeiro		100.000,00	0,00

Comentário: Em que pese a coordenação da ação tenha buscado parceria para a implantação do Centro, não logrou sucesso.

Ação:	Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0728
Produto:	CENTRO APOIADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
Físico		1,000	1,000
Financeiro		200.000,00	200.000,00

Ação:	Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	09AT
Produto:	DOCUMENTO EMITIDO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
Físico		41.667,000	14.400,000
Financeiro		250.000,00	250.000,00

Comentário: O uso principal da ação em tela é a manutenção da mobilização nacional para o registro civil de nascimento. Nessa linha, os recursos financiaram a realização de eventos que impulsionaram e fortaleceram a mobilização. Conforme dados divulgados pelo IBGE (defasagem de 1 ano), os índices de sub-registro (relação entre a quantidade de crianças que nascem e as que são registradas no primeiro ano de vida) sofreram um decréscimo significativo passando de 20,9%, em 2002, para 11,5%, em 2005, o que, em valores absolutos, permite dizer que, em 2005, aproximadamente 460 mil crianças a mais se registraram no primeiro ano de vida do que em 2002.

Ação:	Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos (Balcões de Direitos)		
Localizador:	APOIO AO ESCRITÓRIO MODELO DOM PAULO EVARISTO ARNS - PUC - No Estado de São Paulo - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação: 09AS	
Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unid. Medida: UNIDADE	
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		6.000,000	45.000,000
Financeiro		200.000,00	200.000,00
			% de Execução
			750
			100

Ação:	Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos (Balcões de Direitos)		
Localizador:	Apoio ao Projeto Balcão da Cidadania (CEACOM) em Cabo de Santo Agostinho - PE - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação: 09AS	
Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unid. Medida: UNIDADE	
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		1,000	0,000
Financeiro		200.000,00	50.000,00
			% de Execução
			0
			25

Comentário: Convênio firmado no final de dezembro de 2006.

Ação:	Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos (Balcões de Direitos)		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação: 09AS	
Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unid. Medida: UNIDADE	
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		184.286,000	85.700,000
Financeiro		1.247.621,00	1.247.622,00
			% de Execução
			47
			100

Comentário: A mudança de foco na atuação dos Balcões de Direitos tem gerado certa defasagem nas metas físicas. Desde 2003, busca-se redirecionar os Balcões das periferias das grandes cidades (onde se consegue alcançar número bem altos de atendimento) para os municípios do interior, com atenção especial para quilombolas, indígenas, ribeirinhos, refugiados, assentados e acampados. De fato, a dificuldade de acesso a tais comunidades tem elevado o custo do atendimento. Em contrapartida, os Balcões têm suprido carências de grupos populacionais que encaram grande dificuldade no acesso a serviços do Estado.

Ação:	Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos (Balcões de Direitos)		
Localizador:	No Distrito Federal - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação: 09AS	
Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unid. Medida: UNIDADE	
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		14.000,000	4.800,000
Financeiro		100.000,00	100.000,00
			% de Execução
			34
			100

Comentário: A meta física realizada refere-se ao número de atendimento proposto e pactuado com a instituição recebedora da emenda.

Ação:	Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos (Balcões de Direitos)		
Localizador:	No Estado do Acre - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação: 09AS	
Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unid. Medida: UNIDADE	
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
Físico		4.000,000	10.300,000
Financeiro		100.000,00	93.440,00
			258
			93

Ação:	Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos (Balcões de Direitos)		
Localizador:	No Estado do Acre - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação: 09AS	
Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unid. Medida: UNIDADE	
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
Físico		28.001,000	15.900,000
Financeiro		300.000,00	293.560,00
			57
			98

Comentário: A meta física realizada refere-se ao número de atendimento proposto e pactuado com a instituição recebedora da emenda.

Ação:	Apoio a Serviços de Prevenção e Combate à Homofobia		
Localizador:	em localidades da RIDE - Região Centro Oeste - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação: 0B08	
Produto:	PESSOA BENEFICIADA	Unid. Medida: UNIDADE	
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
Físico		1.000,000	280,000
Financeiro		200.000,00	200.000,00
			28
			100

Ação:	Apoio a Serviços de Prevenção e Combate à Homofobia		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação: 0B08	
Produto:	PESSOA BENEFICIADA	Unid. Medida: UNIDADE	
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
Físico		628.067,000	52.783,000
Financeiro		6.819.087,00	6.021.271,00
			8
			88

Comentário: A meta física realizada refere-se ao número de atendimento proposto e pactuado com a instituição recebedora da emenda.

Ação:	Assistência Técnica para Ouvidoria de Polícia e Policiamento Comunitário		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação: 11H8	
Produto:	unidade assistida	Unid. Medida: UNIDADE	
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
Físico		3,000	3,000
Financeiro		7.435.223,00	1.971.442,00
			100
			27

Comentário: Recursos Externos. Maiores detalhes sobre a execução da ação encontram-se ao final deste relatório, no capítulo intitulado: PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.

Ação:	Disque Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4906
Produto:	Denúncia encaminhada	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		5.072,000	0,000
Financeiro		700.000,00	0,00
			% de Execução
			0
			0

Ação:	Gestão e Administração do Programa		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2272
Produto:	-	Unid. Medida:	-
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		0,000	0,000
Financeiro		1.460.578,00	1.260.696,00
			% de Execução
			0
			86

Ação:	Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)		
Localizador:	Nacional (Crédito Extraordinário) - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0083
Produto:	-	Unid. Medida:	-
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		0,000	0,000
Financeiro		3.815.000,00	1.849.117,00
			% de Execução
			0
			48

Ação:	Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0083
Produto:	-	Unid. Medida:	-
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		67,000	0,000
Financeiro		1.611.000,00	0,00
			% de Execução
			0
			0

Ação:	Pagamento de Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0734
Produto:	-	Unid. Medida:	-
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		0,000	0,000
Financeiro		200.000,00	0,00
			% de Execução
			0
			0

Ação:	Proteção a Defensores de Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	6762
Produto:	Defensor protegido	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		42,000	18,000
Financeiro		500.000,00	499.927,00
			% de Execução
			43
			100

Comentários: Atualmente, o Programa está implementado nos Estados do Pará, onde existem atualmente oito defensores protegidos, sendo quatro com proteção dura e quatro com proteção leve, e no Estado de Pernambuco. No Estado do Espírito Santo está sendo realizado um diagnóstico que visa mapear a situação dos defensores ameaçados e, ainda neste ano, o Programa de Proteção será implementado.

Ação:	Publicidade de Utilidade Pública		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4641
Produto:	-	Unid. Medida:	-
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	27,000	27,000	100
Financeiro	2.783.000,00	2.714.692,00	98

Programa Gestão da Política de Direitos Humanos
Órgão Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Gerente Fauze Martins Chequer

Ano de Referência 2006
07/02/2007

Contato fauze.chequer@sedh.gov.br / 61 429-3563/273 3302

No âmbito do programa **Gestão da Política de Direitos Humanos** foram investidos R\$ 174.305,00 na capacitação de agentes públicos em temas transversais, na capacitação de servidores em processo de qualificação e requalificação e na implantação do sistema nacional de informações em direitos humanos.

Ação:	Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	8601
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	655,000	655,000	100
Financeiro	131.011,00	131.011,00	100

Ação:	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4572
Produto:	SERVIDOR CAPACITADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	108,000	19,000	18
Financeiro	21.679,00	21.616,00	100

Comentários: Houve erro na estimativa da meta física.

Ação:	Gestão e Administração do Programa		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2272
Produto:	-	Unid. Medida:	-
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	0,000	0,000	0
Financeiro	10.839,00	10.839,00	100

Ação:	Sistema Nacional de Informações em Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4904
Produto:	SISTEMA IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	1,000	1,000	100
Financeiro	10.839,00	10.839,00	100

Programa Nacional de Acessibilidade
Órgão Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Gerente Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior

Ano de Referência 2006
07/02/2007

Contato izabel.maior@sedh.gov.br / 4293683

O programa **Nacional de Acessibilidade**, por sua vez, possibilitou o investimento R\$ 535.796,00 no apoio a 6 projetos de acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência e na capacitação e especialização de 2.180 técnicos e agentes sociais em acessibilidade.

Ação:	Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência		
Localizador:	Nacional - 56101		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0598
Produto:	PROJETO APOIADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	30,000	6,000	20
Financeiro	1.000.000,00	933.750,00	93

Ação:	Capacitação e Especialização de Técnicos e Agentes Sociais em Acessibilidade		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	6263
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	922,000	2.180,000	236
Financeiro	216.787,00	216.787,00	100

Ação:	Estudos e Pesquisas em Acessibilidade		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2A38
Produto:	Planos, estudos, pesquisas e projetos realizados	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	1,000	3,000	300
Financeiro	154.000,00	118.483,00	77

Ação:	Gestão e Administração do Programa		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2272
Produto:	-	Unid. Medida:	-
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	0,000	0,000	0
Financeiro	391.214,00	101.053,00	26

Ação:	Publicidade de Utilidade Pública		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4641
Produto:	-	Unid. Medida:	-
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	0,000	0,000	0
Financeiro	100.000,00	99.999,00	100

Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Órgão Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Gerente Carmen Silveira de Oliveira

Ano de Referência 2006
07/02/2007

Contato carmen.silveira@sedh.gov.br / 3429 3225

No âmbito do programa **Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**, foram investidos R\$ 13.092.211,00 para a implantação de 5 módulos do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, para o apoio a 26 unidades de atendimento, nos estados de AL, AP, BA, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PE, RN, RR, RJ, RS, SE e TO, no atendimento a 908 crianças e adolescentes no âmbito de projetos voltados para a Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, no atendimento a 360 adolescentes ameaçados de morte e capacitação de 523 profissionais do Sistema de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Ação:	Apoio à Implantação de Módulos do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (Sipia)		
Localizador:	Nacional - 20928		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0732
Produto:	Módulo implantado	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		4,000	5,000
Financeiro	1.083.206,00		481.390,00
			% de Execução
			125
			44

Comentários: Projetos apoiados: SEFASIJ/RJ; IASP/PR; SETAS/TO; SASC/PI; Gov/MT

Ação:	Apoio a Projetos de Promoção, Defesa e Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária		
Localizador:	Apoio aos Conselhos Tutelares Municipais no Estado de Alagoas - 20928		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0B06
Produto:	Crianças/Adolescentes Atendidos	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		1.500,000	1.500,000
Financeiro	70.000,00		65.000,00
			% de Execução
			100
			93

Ação:	Apoio a Projetos de Promoção, Defesa e Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária		
Localizador:	Nacional - 20928		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0B06
Produto:	Crianças/Adolescentes Atendidos	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		1.024,000	908,000
Financeiro	3.942.400,00		3.918.276,00
			% de Execução
			89
			99

Comentários: Projetos de Julho e Outubro não se adequam ao produto, pois tratam de capacitação. Os projetos da RedeSap (crianças desaparecidas) são exemplares nesse sentido; capacitam-se profissionais de delegacias e secretarias de segurança pública, instalando o sistema no estado. O mesmo vale para novembro e dezembro, em que capacitações e mobilizações diversas foram apoiadas, visando a implementação do novo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, aprovado em assembléia do Conanda em dezembro. Projetos apoiados: Del. SC; Del. SE (suplem.); Pref. São Mateus/ES; Pref. Cabo de Sto. Agostinho/PE; FMUSP; STAS/TO; Del. SC; FUNDAC/RN; Pref. Campo Grande/MS; Pref. Anápolis/GO; Pref. Santos/SP; FUMCAS/MA; Pref. POA/RS; Fundação Cidade Mãe/BA; Pref. Olinda/PE; FUMDEC/GO; Fund. Renascer/SE; Pref. Caracará/RR; Pref. São J. Ribamar/MA; FUNCAP/PA; CIPÓ/BA; Afroreggae/RJ; CEDECA/MA; IEJ/CE; NASCE/DF; Quilombolas/MA; ELO/MG; Viva Rio/RJ

Ação:	Apoio a Serviços de Atendimento Jurídico-Social a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0730
Produto:	Criança/ adolescente atendido	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		1.604,000	360,000
Financeiro		2.543.888,00	1.727.713,00
			% de Execução
			22
			68

Comentários: O custo per capita do projeto encontra-se subestimado. No ano de 2007, operou-se um reordenamento do programa, no qual se identificou como uma das principais dificuldades o auxílio apenas ao jovem ameaçado, sem auxílio à família. Isso gerava, por um lado, ameaça aos familiares, e, por outro, uma menor eficácia na proteção do próprio jovem vítima da ameaça, visto que este freqüentemente retornava ao local de moradia. Com isso, os familiares também vem recebendo atenção das instituições executoras. Assim, o ideal seria transformar o produto da ação para "pessoa atendida", ou alterar o custo per capita por adolescente atendido. Foram firmados Convênios com 5 estados (seguidos das metas físicas): Espírito Santo 30; Minas Gerais 100; Rio de Janeiro 100; São Paulo 50 - só na capital; Pernambuco 80. Até junho de 2006 foram empenhados R\$ 448.050,68 em parcelas de 02 convênios: 1) Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo - R\$ 445.100,00 - Meta: atendimento de 50 crianças e adolescentes. 2) Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais - R\$ - R\$ 2.950,68 - Meta: dar continuidade ao programa de proteção a 100 crianças e adolescentes ameaçados de morte. Empenhado, mas não liquidado - Organização de Direitos Humanos - R\$ 95.207,17 - Meta: Proteção da vida de 100 crianças e adolescentes sob risco e ameaça de morte.

Ação:	Apoio a Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Localizador:	Em Patrocínio Paulista - SP - 20928		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0882
Produto:	Unidade de atendimento apoiada	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		15,000	1,000
Financeiro		30.000,00	30.000,00
			% de Execução
			7
			100

Comentários: Foi apoiado um projeto em convênio com a prefeitura de Patrocínio Paulista, no valor de R\$ 30.000,00.

Ação:	Apoio a Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Localizador:	Nacional - 20928		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0882
Produto:	Unidade de atendimento apoiada	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		271,000	26,000
Financeiro		21.198.308,00	4.409.587,00
			% de Execução
			10
			21

Comentários: A ação de apoio a unidades de defesa abarca um bom número de projetos variados, no que se refere à localidade, à complexidade e ao modus operandi - resultando numa relação meta física - meta financeira igualmente complexa. O produto em si pode ser interpretado como unidade de atendimento = projeto de instituição apoiado (critério utilizado) ou como unidade de atendimento = cada locus de execução de cada projeto apoiado, caso no qual apenas o convênio com a Pastoral/CNBB atenderia a 25 unidades de atendimento. No dia 29 de dezembro foram liberados recursos no valor de R\$ 17.274.963,00. Entretanto, a data da liberação (última sexta-feira do ano) impossibilitou o uso desses recursos no exercício de 2006. Projetos apoiados: Pref. Palmas/TO; Pref. Ijuí/RS; Pref. Nova Venécia/ES; Pref. Piaçabuçu/AL; STASES/MS; Pref. Juiz de Fora/MG; CEDEDICA/RS; ODH Projeto Legal/RJ; ARCA - Contagem/MG; IASES/ES; FCRIA/AP; STASES/MS; SCAS/AC; FUNDAC/BA; Pref. BH/MG; FUNCAP/PA; Pref. Recife/PE; CNBB/Pastoral; IJC/RN; MOC/BA; CECRIA (C.T.); Pref. Caracarái/RR; Pref. Olinda/PE; FUMDEC/GO; Fund. Renascer/SE; Pref. São J. Ribamar/MA. O valor negativo em Julho refere-se ao cancelamento do pagamento de R\$ 400.000,00 à Prefeitura de Recife. No mesmo mês, foi apoiado projeto por meio de convênio com a Associação Arca (R\$ 220.000,00)

Ação:	Apoio a Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Localizador:	No Estado do Amazonas - 20928		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0882
Produto:	Unidade de atendimento apoiada	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
Físico		1,000	0,000
Financeiro		50.000,00	0,00
			% de Execução
			0
			0

Ação:	Capacitação de Profissionais para Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Localizador:	Nacional - 20928		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	6247
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	7.138,000	5.921,000	82,95
Financeiro	2.566.143,00	2.065.505,00	80

Comentários: Projetos apoiados: STAS/TO; FCRIA/AP; FUNDAC/RN; FUNDAC/PE; Pref. Nova Venécia/ES; Pref. BH/MG; FUMCAS/MA; Pref. Santos/SP; Pref. Anápolis/GO; Pref. Campo Grande/MS; OSDI - Imperatriz/MA; Fórum DCA/DF (Supl.); UFRJ; ODH Projeto Legal/RJ. ILANUD. Realizado maio - 45 entidades Fórum DCA

Ação:	Gestão e Administração do Programa		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2272
Produto:	-	Unid. Medida:	-
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	0,000	0,000	0
Financeiro	500.000,00	462.572,00	93

Programa Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência
Órgão Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Gerente Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior

Ano de Referência 2006
07/02/2007

Contato izabel.maior@sedh.gov.br / 3429.3683

No âmbito do programa **Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência**, foram investidos R\$ 5.147.140,00 na implantação de 5 conselhos, na capacitação de 28.658 profissionais e na realização de dois estudos: “Perfil das Pessoas com Deficiência - Um Sistema de Monitoramento Social” e “Banco Nacional de Talentos”.

Ação:	Apoio a Estudos e Pesquisas na Área da Pessoa com Deficiência		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	09DA
Produto:	ESTUDO REALIZADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	1,000	2,000	200
Financeiro	100.000,00	100.000,00	100

Ação:	Apoio à Implantação de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0879
Produto:	CONSELHO IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	4,000	5,000	125
Financeiro	110.000,00	110.000,00	100

Ação:	Capacitação de Recursos Humanos para Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	6246
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	28.599,000	28.658,000	100
Financeiro	3.613.750,00	3.613.750,00	100

Ação:	Gestão e Administração do Programa		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2272
Produto:	-	Unid. Medida:	-
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	0,000	0,000	0
Financeiro	1.199.204,00	903.390,00	75

Ação:	Publicidade de Utilidade Pública		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4641
Produto:	-	Unid. Medida:	-
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	0,000	0,000	0
Financeiro	200.000,00	200.000,00	100

Ação:	Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência - CORDE		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4281
Produto:	SISTEMA IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	1,000	1,000	100
Financeiro	220.000,00	220.000,00	100

Programa Proteção da Adoção e Combate ao Sequestro Internacional
Órgão Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Gerente Rogério Sottili

Ano de Referência 2006
07/02/2007
 rogerio.sottili@sedh.gov.br / 3429.3744

Por último, através da implementação do programa **Proteção da Adoção e Combate ao Sequestro Internacional** foram investidos R\$ 164.538,00 em ações do programa, incluindo a realização do I Seminário sobre Sequestro Internacional de Crianças e a capacitação de 308 profissionais.

Ação:	Capacitação de Técnicos em Processos de Adoção e Sequestro Internacional de Crianças e Adolescentes		
Localizador:	Nacional - 20155		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	6262
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
Físico	308,000	0,000	0
Financeiro	123.051,00	123.051,00	100

Ação:	Gestão e Administração do Programa			
Localizador:	Nacional - 20155			
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2272	
Produto:	-	Unid. Medida:	-	
	Previsto	Atual	Liquidado	% de Execução
Físico		0,000	0,000	0
Financeiro		41.487,00	41.487,00	100

DESPESAS COM PESSOAL, PASSAGENS E DIÁRIAS

As despesas com pessoal, passagens e diárias somaram R\$ 9.249.937,00, sendo R\$ 724.525,81 executados pela SEDH e R\$ 8.525.411,19 por meio de recursos descentralizados para o Ministério da Justiça, nos termos do Decreto nº 4.939, de 29 de dezembro de 2003, com suas alterações. A tabela abaixo demonstra o detalhamento da aplicação desses recursos:

DESPESAS DE PESSOAL, DIÁRIAS E PASSAGENS REALIZADAS EM 2006

TIPO DE DESPESA	SEDH 200016	FNCA 110244	SEDH-REC EXT 110198	TOTAL
DESPESAS DE PESSOAL	6.459.524,00	0,00	0,00	6.459.524,00
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	169.166,00	0,00	0,00	169.166,00
DIÁRIAS NO PAÍS	216.083,06	0,00	9.540,57	225.623,63
DIÁRIAS NO EXTERIOR	113.215,43	0,00	0,00	113.215,43
DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS	148.812,82	0,00	49.099,09	197.911,91
DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO EXTERIOR	25.231,50	0,00	0,00	25.231,50
DIÁRIAS A CONSELHEIROS	162.543,34	0,00	0,00	162.543,34
DESPESAS COM PASSAGENS	1.792.571,19	0,00	104.150,00	1.896.721,19
TOTAL	9.087.147,34	0,00	162.789,66	9.249.937,00

FORÇA DE TRABALHO

Em 2006, a Secretaria Especial ampliou em cerca de 8% sua força de trabalho, em relação ao exercício anterior, tendo sido preenchidos os cargos de sua estrutura, que se encontravam vagos.

A situação de servidores da Secretaria Especial dos Direitos Humanos é a seguinte:

	EXERCÍCIO		
	2004	2005	2006
REQUISITADOS	83	88	88
SEM VÍNCULO	41	44	51
PRESTADORES	48	51	60
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	10	0	0
CONTRATO TEMPORÁRIO	5	4	3
ESTAGIÁRIOS	16	19	20
TOTAL	203	206	222

A Secretaria Especial funciona nas instalações do Ministério da Justiça, o qual tem a responsabilidade, estabelecida por decreto, pela execução das atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais e de orçamento e finanças relativas à manutenção deste órgão. Assim, os servidores desta SEDH participam de cursos de capacitação oferecidos tanto pela Diretoria de Gestão de Pessoas da Presidência da República como pelo Ministério da Justiça.

No ano de 2006, 138 servidores e colaboradores participaram do Curso de Formação em Direitos Humanos, 84 servidores e colaboradores participaram de curso de convênios, 31 de curso sobre formalização e prestação de contas, 21 de cursos oferecidos pelo Ministério da Justiça (Gestão Orçamentária e Financeira, Licitação e Contratos, MJDOC), 20 do Seminário sobre Transferência Voluntária de Recursos (Ministério da Fazenda), 14 de curso sobre termos de referência e projeto básico, 13 pessoas de cursos oferecidos pelo Ministério do Planejamento, 4 de cursos de informática, 4 de Fóruns do Planalto, 2 de curso sobre organização de eventos e 2 de curso sobre redação e gramática.

ESPAÇO FÍSICO

A situação de insuficiência do espaço físico da SEDH ainda permanece, porém, vale registrar que houve uma ampliação de 180 m², além de adequação da estrutura física, por meio da dinamização dos espaços, com alterações de lay-out, criação de estações de trabalho e remanejamentos de unidades da SEDH.

CONVÊNIOS

Formalização de Convênios, Contratos, Acordos e instrumentos similares

Os procedimentos relativos aos aspectos administrativos pertinentes à formalização de convênios e similares são descentralizados nas Unidades de atividade fim desta Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Está sendo desenvolvido um sistema central de formalização de convênios que permita a adoção de medidas uniformes nos procedimentos que envolvem todo o processo de transferência de recursos. A relação dos convênios firmados e aditados em 2006 encontra-se no Anexo I.

Análise de Prestações de Contas dos Convênios

Com a centralização da análise dos processos de prestação de contas dos convênios firmados nesta SEDH passamos a ter uma maior agilidade em seus exames e padronização nos procedimentos de análise. Outra questão que merece ser registrada refere-se ao volume de processos em diligência de prestação de contas devido, sobretudo, ao não cumprimento por parte dos convenientes, das obrigações pactuadas. A situação dos convênios firmados por esta Secretaria nas contas “A COMPROVAR”, “A APROVAR” e “INADIMPLENCIA” encontra-se nos Anexos II, III e IV.

OS CONSELHOS

Dentre as atribuições da Secretaria Especial dos Direitos Humanos está a de dar suporte administrativo para o funcionamento de 07 (sete) Conselhos, que têm como principal objetivo promover a articulação entre o Estado e a sociedade civil, pautar a agenda governamental e contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas.

São eles:

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH

Órgão colegiado criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com representantes de setores representativos ligados aos direitos humanos e com importância fundamental na promoção e defesa dos direitos humanos no País, o CDDPH não teve condições de realizar os objetivos, para os quais tinha sido criado, nos seus primeiros vinte anos de existência.

O retorno ao pleno funcionamento vai ocorrer somente no governo do General João Batista Figueiredo, graças ao esforço pessoal do Senador Petrônio Portela. Em histórica reunião, realizada em abril de 1979, foi reativado. Nessa data, o Doutor Barbosa Lima Sobrinho, eleito Vice-Presidente do Conselho, chamou a atenção do Governo para a necessidade de ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos. Embora ainda pesasse sobre o Conselho a exigência de sigilos sobre seus debates, que só será revogada no final da ditadura, o discurso do Doutor Barbosa Lima Sobrinho mostra a principal razão de ser do CDDPH: um foro privilegiado das demandas da sociedade civil, no âmbito do Estado em relação aos direitos humanos.

O CDDPH tem como principal atribuição receber denúncias e investigar, em conjunto, com as autoridades competentes locais, violações de direitos humanos de especial gravidade e abrangência nacional, como chacinas, extermínio, assassinatos de pessoas ligadas a defesa dos direitos humanos, massacres, abusos praticados por operações das polícias militares, etc. Para tanto, o Conselho constitui comissões especiais

de inquérito e atua por meio de resoluções. Além disso, o CDDPH promove estudos para aperfeiçoar a defesa e a promoção dos direitos humanos e presta informações a organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA

O CONANDA foi criado pela Lei Federal nº 8242, de 12 de outubro de 1991, e iniciou suas atividades em 1993. A instalação do CONANDA, juntamente com a implantação dos Conselhos de Direitos e Tutelares nos Estados e Municípios, foi um passo decisivo, no sentido da consolidação de um novo modelo de atenção a crianças e adolescentes, na medida em que permitiu o reordenamento institucional proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É sem dúvida um grande avanço da sociedade, no sentido de garantir de forma democrática as discussões e a proposição de políticas específicas voltadas para a área. O Conselho é composto, de forma paritária, por representantes indicados pelo Governo Federal e por membros da sociedade civil, permitindo maior eficiência e legitimidade às manifestações voltadas para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Ao CONANDA compete propor modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas à garantia desses direitos, apoiar e promover campanhas educativas sobre os postulados do ECA, acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da União, indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos além de gerir o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Após 12 anos de aprovação do ECA, o CONANDA consolida-se como instância importante, não somente pelos bons resultados obtidos na mobilização e conscientização social no país, como também, na definição das políticas mais adequadas e que possibilitam o estabelecimento da prioridade absoluta à infância, conforme preconiza a Constituição Federal.

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE

Criado pela Medida Provisória nº 1.799-6, de 10 de julho de 1999, como órgão superior de deliberação colegiada, o CONADE tem como competências acompanhar e avaliar a política nacional da pessoa portadora de deficiência e as mais diversas políticas públicas de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana, no que concerne à pessoa portadora e deficiência. As competências do CONADE estão definidas no Decreto 3.298/99, de 20 de dezembro de 1999.

O Brasil tem mais de 24 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, segundo dados preliminares do Censo 2000 sobre a situação dos portadores de deficiência no Brasil. Esses números foram analisados na XIV Reunião Ordinária do CONADE, realizada nos dias 11 e 12 de julho, no Ministério da Educação. Pela primeira vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE incluiu cinco itens sobre o assunto em sua pesquisa nacional.

Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD

Criado em 27 de maio de 1998, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça, ao qual compete propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância. O Conselho, também, tem como atribuição responder e acompanhar os casos de discriminação previstos na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Além disso, o CNCD acompanha denúncias de violação dos direitos humanos dos povos indígenas, casos de homofobia, discriminação racial contra a população negra e apoio a comunidades de remanescentes de quilombos.

Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI

Criado em 13 de maio de 2002, tem como competências: supervisionar e avaliar a Política Nacional do Idoso, elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Nacional do Idoso, acompanhar a implementação da política nacional do idoso, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estimular e apoiar tecnicamente a criação de conselhos de direitos do idoso nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, propiciar assessoramento aos conselhos estaduais, o Distrito Federal e municipais, no sentido de tornar efetiva a aplicação dos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso e zelar pela implementação dos instrumentos internacionais, relativos ao envelhecimento das pessoas, dos quais o Brasil seja signatário.

Conselho Deliberativo Federal do Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, ao qual compete decidir sobre os pedidos de admissão e exclusão do Programa, solicitar às autoridades competentes medidas de proteção, solicitar ao Ministério Público as providências necessárias à obtenção de medidas judiciais acautelatórias, encaminhar as pessoas, que devem ser atendidas pelo Serviço de Proteção ao Depoente Especial, adotar as providências necessárias para a obtenção judicial de alteração de identidade civil, fixar o valor máximo da ajuda financeira mensal aos beneficiários da proteção e deliberar sobre questões, relativas ao funcionamento e aprimoramento do Programa.

Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras em matéria de Adoção Internacional, criado pelo Decreto 3.174/99, o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras reunir-se-á, semestralmente, para avaliar os trabalhos efetuados no período e traçar políticas e linhas de ação comuns, objetivando o cumprimento adequado, pelo Brasil, das responsabilidades assumidas por força da ratificação da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional. O Conselho é composto pelos seguintes membros: Autoridade Central Administrativa Federal, que o presidirá, um representante de cada Autoridade Central dos Estados Federados e do Distrito Federal, um representante do Ministério das Relações Exteriores e um representante do Departamento de Polícia Federal.

PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Unidade Gestora 110198 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Recursos Externos – SEDH/PR-REC EXT - CNPJ: 05.478.625/0001-87

1.ATIVIDADE: Estudos, Workshop, Produção de Material e Seminário sobre Segurança Pública e Direitos Humanos sob a ótica da mídia

entidade executora: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro Serviços Técnicos e Científicos – IUPERJ-TEC

Objetivo: Elaboração de texto de referência sobre como enfrentar conflitos, dificuldades e questões éticas na cobertura de temas ligados à violência, à segurança pública e aos direitos humanos, a fim de qualificar o trabalho de profissionais de imprensa e comunicação.

Valor total: R\$ 255.319,58 (Duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta e oito centavos)

Valor Concedente: R\$ 247.660,00 (duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais)

Valor contrapartida: R\$ 7.659,58 (sete mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e oito centavos)

Nº beneficiários diretos: toda a imprensa nacional

2.ATIVIDADE: Curso semipresencial para capacitação em guarda comunitária, destinado à Guarda Municipal do Rio de Janeiro

entidade executora: CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável.

Objetivo: elaboração e aplicação do programa de capacitação dos profissionais da guarda municipal, no campo dos Direitos Humanos, dos modelos de Uso Legítimo da Força e da aplicação dos fundamentos do Policiamento Comunitário nas atividades da Guarda.

Valor total: 424.606,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e seis reais)

Valor Concedente: R\$ 385.576,00 (trezentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais)

Valor contrapartida: R\$ 39.030,00 (trinta e nove mil e trinta reais)

Nº beneficiários diretos: 3.400 guardas

FUNCIONAMENTO DO PROJETO

Deslocações internas: diárias e passagens: R\$ 28.925,76

Aquisição de mobiliário: R\$ 23.104,89

Aquisição de material de consumo: R\$ 3.352,81

Aquisição de equipamentos eletrônicos: R\$ 5.002,05

Nº de beneficiados diretos: 6 pessoas

Resultados:

Nº de pessoas beneficiadas pelas ações do projeto: 5.537 pessoas + toda a corporação das polícias militar e civil de São Paulo + a população dos 14 estados onde existem ouvidorias de polícia + pesquisadores, professores, estudantes da área de segurança pública e direitos humanos + a mídia nacional.

OBSERVAÇÕES:

Dos recursos previstos para 2006, R\$ 5.463.781,25 deixaram de ser executados já que em janeiro de 2006 se iniciaram, entre a Diretoria Nacional do Projeto e a Delegação da União Européia, tratativas no sentido de prorrogar o projeto por mais 2 (dois) anos, tendo em vista o retardamento do início da execução física das atividades, ficando impossível, em 1 (um) ano, atingir as metas propostas para serem executadas, quando o período proposto inicialmente para atingir os objetivos era de 3 anos. Nesse sentido o pedido formal foi enviado à União Européia em abril/06, somente recebendo a resposta por parte daquela Delegação em outubro/06 e a assinatura formal de ambas as partes (Brasil e União Européia) findou em 14 de dezembro de 2006. Portanto, todas as ações que deveriam ser conveniadas ou licitadas em 2006 e que ultrapassariam o período superior a 31 de dezembro de 2006 ficaram pendentes do resultado dessa negociação para iniciar as contratações, passando todas para o exercício de 2007.